

Tribunal de Contas do Estado do Pará

A C Ó R D Ã O Nº 53.072

(Processo nº. 2012/50488-0)

Assunto: Recurso de Revisão

Recorrente: Sra. LILMA BRAGANÇA DOS SANTOS MAIA - Presidente à

época da Fundação Comunitária Cachoeirense

Decisão Recorrida: Acórdão nº. 43.598 de 07/08/2008.

Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

EMENTA: Recurso revisão. Conhecimento. Não

provimento. Manutenção da decisão

recorrida.

Relatório da Exm^a. Sra. Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA: Processo nº. 2012/50488-0.

Trata-se de RECURSO DE REVISÃO interposto pela senhora LILMA BRAGANÇA DOS SANTOS MAIA, presidente à época da Fundação Comunitária Cachoeirense, contra decisão deste Tribunal, consubstanciada no Acórdão nº 43.598, de 07.08.2008 (Processo nº 2005/51325-7), que julgou as contas irregulares com devolução de valor conveniado e aplicação de multa pelo dano causado ao erário.

Presentes os pressuposto de admissibilidade, nos termos do vigente Regimento Interno desta Corte, o Recurso de Revisão foi recebido sem efeito suspensivo, conforme despacho (fl. 22), com suporte na manifestação exarada pela Procuradoria, às fls. 20 e 21.

O DCE/7º CCG, em manifestação, nos termos do relatório de fl. 24 e 26, opina pelo recebimento e desprovimento do presente Recurso de Revisão.

Em parecer de fls. 29 e 30, o Ministério Público de Contas também se manifesta pelo conhecimento e não provimento do Pedido de Rescisão.

É o relatório.

VOTO

Com o recurso interposto não foram sanadas as pendências apontadas e que ensejaram a reprovação das contas, conforme ratificam as manifestações do Órgão Técnico e do Ministério Público de Contas.



Tribunal de Contas do Estado do Pará

Assim sendo, conheço do Recurso de Revisão e nego-lhe provimento, mantendo-se integralmente o Acórdão nº. 43.598, de 07.08.2008 (Processo nº 2005/51325-7).

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente nos termos do voto da Exmª Sra. Conselheira Relatora, com fundamento no Art. 73, inciso I da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, conhecer do Recurso em apreço, negando provimento, a fim de manter a decisão recorrida em todos os seus termos. Plenário "Conselheiro Emílio Martins", em 20 de março de 2014.

CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA Presidente Relatora

Presentes à Sessão os Exmos Srs.Consos: NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

LUIS DA CUNHA TEIXEIRA ANDRÉ TEIXEIRA DIAS

Procurador do Ministério Público:

SM/0966240

Dr. Antônio Maria Filqueiras Cavalcante